



Termo de Referência

Consultoria para mapeamentos e diagnóstico de stakeholders, visando construção participativa de um plano estratégico de desenvolvimento sustentável para o território da bacia do Araguaia (porções no estado de Mato Grosso, Goiás e Tocantins).

Julho 2021

1. SOBRE A THE NATURE CONSERVANCY (TNC)

A The Nature Conservancy (TNC) é uma organização global de conservação ambiental dedicada à preservação em grande escala das terras e água das quais a vida depende. Guiada pela ciência, a TNC cria soluções inovadoras e práticas para os desafios mais difíceis do mundo, para que a natureza e as pessoas possam prosperar juntos. Trabalhando em 79 países e territórios ao redor do mundo, a organização utiliza uma abordagem colaborativa, que envolve comunidades locais, governos, setor privado e outros parceiros. No Brasil, onde atua há mais de 30 anos, a TNC promove iniciativas nos principais biomas, com o objetivo de compatibilizar o desenvolvimento econômico e social dessas regiões com a conservação dos ecossistemas naturais. Os projetos de conservação são realizados em parceria com organizações não governamentais, empresas e órgãos governamentais federais, estaduais e municipais. O trabalho da TNC concentra-se em ações ligadas à Agropecuária Sustentável, Segurança Hídrica, além de Restauração Ecológica e Terras Indígenas¹.

2. CONTEXTO

A bacia do Araguaia, na porção que abrange os estados do Mato Grosso, Goiás e Tocantins, é um território fundamental para a produção agrícola no Brasil, ao mesmo tempo em que reflete o histórico de uso e ocupação do solo no Cerrado e as projeções para expansão da produção, riscos de conversão da vegetação nativa, questões sociais e de segurança hídrica. A região do Araguaia constitui um nexo no qual clima, pessoas, alimentos e biodiversidade se encontram, o que significa que existe a oportunidade de estabelecer um modelo inovador de desenvolvimento sustentável em larga escala alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Na região, existem atores que operam em vários níveis, desde grupos indígenas a sistemas de produção em grande escala. Soluções integradas e abordagens territoriais, como por exemplo as que estão ocorrendo na porção do território que abrange o estado de Mato Grosso, como a Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) na escala estadual e o PCI do Município de Barra do Garças, em escala local, são necessárias. Essas soluções incluem a transformação de modelos de negócios e de produção, crenças subjacentes e modelos mentais.

A abordagem de Paisagens Produtivas Sustentáveis busca conectar as partes interessadas em um espaço compartilhado e concreto (uma jurisdição particular). Este é distinto de outros sistemas que são abstratos e muitas vezes não têm relação direta com a realidade dos setores que fazem parte do diálogo. É o que define um território comum, onde alguns desafios e oportunidades podem e devem ser enfrentados de forma integrada. Por outro lado, as demandas crescentes em uma determinada área também podem levar a reivindicações e conflitos concorrentes no nível da paisagem, resultando em superexploração, degradação ambiental e conflitos sociais. Assim, torna-se relevante conciliar a ocupação dos espaços e o uso dos recursos, equilibrando demandas concorrentes e buscando a melhoria interativa da produção agrícola, conservação da natureza, agricultura familiar, extrativismo, manejo florestal, serviços ambientais, entre outros. Esse equilíbrio pode ser alcançado por meio de interações e compromissos mútuos entre as esferas pública e privada dentro de uma visão compartilhada de paisagem sustentável para a jurisdição / território (município, região, estado, etc.).

É fundamental melhorar a relação dinâmica entre as funções e serviços da paisagem e o bem-estar humano em contextos de mudança social, econômica e ambiental. A perda de habitats cria impactos no sistema que irão minar a vantagem competitiva das atividades agrícolas que dependem do clima e de recursos naturais como água e solo, afetando negativamente as oportunidades econômicas para empresas e governos. Nesse contexto, a TNC, busca promover a governança territorial, caminhando em direção a uma visão compartilhada da região entre as diferentes partes interessadas.

¹ Saiba mais sobre a TNC em <http://www.tnc.org.br>

3. OBJETIVO GERAL

O presente Termo de Referência tem como objetivo selecionar prestador de serviços (pessoa jurídica) para realizar mapeamentos de políticas e de stakeholders, elaboração de questionário para entrevistas aos vários interessados dos setores público e privado e diagnóstico sobre as percepções e ações de até 50 atores locais e regionais que podem influenciar o desenvolvimento sustentável na Bacia do Rio Araguaia, considerando a porção desse território que está inserida nos estados do Mato Grosso, Goiás e Tocantins, com objetivo de construir, de forma participativa, um plano estratégico de desenvolvimento sustentável para a região.

4. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência desta prestação de serviços será a região da Bacia do Rio Araguaia, considerando a porção desse território que está inserida nos estados do Mato Grosso, Goiás e Tocantins, com atores de importância para o desenvolvimento sustentável da região.

5. ATIVIDADES

5.1. Elaboração de plano de trabalho

Essa atividade prevê reunião remota entre a consultoria contratada e a TNC para o desenvolvimento de um plano de trabalho, pautado na compreensão do contexto do trabalho da TNC na área do projeto, alinhar e definir especificidades de abordagem, definir cronograma, validações intermediárias, as diretrizes de comunicação com o contratante, compartilhamento de documentos e contatos relevantes para execução do trabalho.

5.2. Levantamento de informações políticas e de projetos na perspectiva do desenvolvimento sustentável da região da Bacia do Araguaia

Realizar levantamento das políticas públicas e projetos estruturantes previstos para o território. Espera-se um levantamento considerando ações e investimentos de diversas naturezas e mapeamento de projetos de lei em tramitação, com potencial para causar impactos relevantes sócio, econômico e ambiental na região de interesse.

5.3. Mapeamento de partes interessadas locais e regionais que influenciam na região da Bacia do Araguaia

Realizar mapeamento de atores, com objetivo de identificar o papel de cada instituição, sua influência e interesses no território, categorizar e estabelecer um desenho com as conexões, considerando o território da bacia do Araguaia. Espera-se um mapeamento de atores considerando diversos setores, como setor público, agricultura, infraestrutura e logística, povos e comunidades tradicionais, terceiro setor, setor financeiro, dentre outros.

5.4. Desenvolvimento de questionário para coletas de informações que servirão de base para construção do plano estratégico de desenvolvimento sustentável para a região da Bacia do Araguaia

Com a perspectiva de dar continuidade às ações voltadas à efetiva incorporação de práticas mais sustentáveis ao território, essa atividade prevê o desenvolvimento de um questionário robusto, para ser utilizado em entrevistas com até 50 atores, conectando, por exemplo, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas ambientais e sustentáveis nacionais, a relação com o território (bacia hidrográfica), a relação com o recurso hídrico, visão sobre as oportunidades e desafios para o desenvolvimento sustentável do território, interesses, e a visão 2030 para cada instituição, dentre outros. O questionário deverá ser elaborado em parceria com a TNC.

5.5. Aplicar entrevistas aos atores locais e regionais que influenciam no Araguaia

A governança e planejamento territorial devem caminhar em direção a uma visão compartilhada da região entre as diferentes partes interessadas. Esta atividade prevê a realização de até 50 entrevistas com atores locais e regionais que atuam/influenciam a região do Araguaia, considerando uma diversidade de atores de diferentes setores. Com isso, esperamos obter informações sob diferentes perspectivas e ter uma visão abrangente de como a sustentabilidade territorial é percebida pelas partes interessadas, considerando suas diferentes formas de interação com o entorno. Adicionalmente, esperamos também levar os resultados aos formuladores de políticas, a fim de promover estruturas de governança local para coordenar esforços de sustentabilidade em Mato Grosso.

Não estão previstas atividades presenciais no desenvolvimento das ações deste Termo de Referência. A realização de qualquer atividade presencial estará condicionada ao cenário da pandemia da COVID-19, e não deverá implicar em riscos aos participantes. Se for necessário, serão realizados ajustes na atividade, a serem acordados previamente com a TNC.

6. PRODUTOS

Produto A: Relatório completo referente ao levantamento de informações políticas e de projetos na perspectiva do desenvolvimento sustentável da região da Bacia do Araguaia. Deverá ser entregue em formato excel e um relatório síntese em word de até 10 páginas.

Produto B: Relatório completo referente ao mapeamento de atores. Identificar o papel de cada instituição, categorizar e estabelecer um desenho com as conexões, considerando o território do Araguaia. Deverá ser entregue em formato excel e um relatório síntese em word de até 10 páginas.

Produtos C: Relatório completo e sumário executivo contendo: questionários preenchidos; compilação de informações relevantes analisadas durante o período do contrato; análise crítica do contexto, identificando os principais aspectos encontrados e recomendação de ações estratégicas visando a construção de um plano estratégico de desenvolvimento sustentável para o Araguaia.

Cada relatório deverá conter a descrição das atividades realizadas, contendo minimamente o detalhamento solicitados em cada atividade.

O relatório completo deverá ser elaborado em até 30 páginas (não incluindo anexos) e o sumário executivo em um arquivo separado, contendo até 10 páginas. Os relatórios técnicos e demais documentos deverão ser entregues em meio digital, em formato Word (editável para revisão) e PDF, apresentando qualidade técnica e linguagem compatível com sua destinação, em português. As planilhas e cálculos gerados deverão ser apresentados em Excel ou compatível; as figuras apresentadas nos relatórios deverão também ser enviadas no arquivo original em que foram geradas.

Todas as versões dos produtos passarão por avaliação da equipe técnica da TNC, que deverá aprová-las antes da elaboração das versões finais.

7. CESSÃO/SUBCONTRATAÇÃO

É vedado ao Contratado qualquer tipo de subcontratação.

8. VALORES / REGIME DE PAGAMENTO

O valor total da proposta deve cobrir todos os gastos referentes à execução das atividades e produtos, incluindo equipe, bens e equipamentos utilizados. Deste valor serão retidos os descontos previstos em lei.

Após aprovação de cada produto, conforme estipulado em contrato, o contratado deverá apresentar Nota Fiscal (NF).

O pagamento será atrelado à assinatura do contrato e aprovação dos produtos, sendo assim distribuído:

- 15 % para assinatura do contrato;
- 35 % para os produtos A e B, a ser entregue até 15 de outubro de 2021.
- 50 % para produto C, a ser entregue até 15 de dezembro de 2021

Importante:

- a. Para Pessoa Jurídica, a conta para depósito dos valores referentes às parcelas deve estar em nome da própria Pessoa Jurídica, e não de seus gestores ou proprietários.
- b. Para contratados de fora do município de São Paulo, informamos que, caso a empresa não tenha registro no CPOM, haverá retenção de imposto municipal de São Paulo, independente do arranjo do município de origem. Recomendamos efetuar o cadastro para não haver dupla tributação².

9. PRAZO PARA SUMISSÃO DA PROPOSTA

Serão aceitas propostas submetidas até o dia 06 de agosto de 2021. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por e-mail para Carla Schneider (carla.schneider@tnc.org).

10. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO

Todas as atividades descritas neste Termo de Referência deverão ser realizadas entre a data de assinatura do contrato e 30 de dezembro de 2021.

11. PROPRIEDADE DE DOCUMENTOS E DADOS

Tudo o que for produzido por meio do Contrato de Prestação de Serviços será de propriedade exclusiva da TNC, independentemente do valor.

12. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

A avaliação das propostas considerará o teor técnico apresentado, a experiência em relação ao serviço demandado, a capacidade operacional e o valor da proposta.

13. PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA

O trabalho deverá ser realizado por pessoa jurídica que tenha experiência comprovada. A proponente deverá dispor de profissionais com qualificação e experiência comprovada na realização das atividades descritas neste Termo de Referência ou atividades semelhantes.

A proposta deve conter:

- a) Portfólio de projetos realizados
- b) *Currículo vitae* resumidos da equipe técnica envolvida no projeto

² Mais detalhes: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/servicos/cpom/>

- c) Proposta metodológica e plano de trabalho com cronograma preliminar a partir das especificações constantes neste Termo de Referência
- d) Valores totais para execução das atividades e produtos
- e) Formulário do Anexo A preenchido

As propostas que não atenderem aos requisitos descritos nesse TDR serão automaticamente desclassificadas do processo de seleção.

Anexos:

Anexo A: Dados do Proponente

Dados do Proponente – Pessoa Jurídica que emitirá Nota Fiscal	
Razão Social:	
Tipo (com/sem fins lucrativos, empresa individual, etc.):	
Endereço/Cidade/Estado/ CEP:	
Nome/Cargo do Representante (pessoa que assinará o contrato):	
Telefone:	
E-mail:	
Nome/Cargo do Responsável pelo Contrato (se houver):	
CNPJ:	
Inscr. Estadual (se houver):	
Nome do Banco, Nº da agência e Nº da conta (em nome da Razão Social da PJ):	